

»Entrevista | LUCILENE FLORÊNCIO | SECRETÁRIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Ao CB.Poder, a chefe da pasta explicou como será o procedimento de retorno de funcionários que estão cedidos ao hospitais geridos pelo Iges e o esforço para acabar com a lista de espera de operações na rede pública

"A intenção é reduzir em 60% as filas de cirurgia"

» PABLO GIOVANNI

Com a publicação do decreto que determina o retorno de todos os servidores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) e que estão cedidos ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF), a secretária de Saúde do DF, Lucilene Florêncio, disse à jornalista Carmen Souza que a governadora em exercício Celina Leão (PP) se reuniu com parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no Palácio do Buriti, ontem, para discutir sobre a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de analisar esse assunto. "Ninguém vai voltar (para a Secretaria de Saúde) sem haver a reposição lá (No Iges-DF). Não vai ter nenhuma medida açodada. Vamos conversar com todos os sindicatos envolvidos, para que esse retorno seja seguro e que não haja problemas. A população pode ficar tranquila", disse a secretária ao CB.Poder — uma parceria do Correio com a TV Brasília.

O governador Ibaneis, na campanha eleitoral, admitiu falhas na pasta da Saúde. Onde você avalia que houve essas falhas e acertos? O que é necessário para avançar?

Nós precisamos entender que a Secretaria de Saúde é extremamente densa e complexa. É uma pasta que, sem dúvidas, temos várias problemáticas. Sou servidora pública da casa há 30 anos, precisamos e temos a consciência de que existem medidas que precisam ser tomadas a curto, médio e longo prazos. Essas medidas vêm de encontro a todas as demandas que o governador recebeu e que a governadora em exercício, Celina Leão, também recebeu. O mais importante, e o que eu converso sempre com toda a equipe que trabalha conosco, é que precisamos aceitar que existem pontos a serem corrigidos e pontos que precisamos evoluir. A população carece de entregas céleres, modernidade, incorporação da tecnologia nos nossos processos de trabalho. Estou como secretária desde 5 de junho de 2022, e foi um desejo e confiança do governador Ibaneis que nós estivéssemos continuando (para 2023). Sem dúvida, são muitas demandas, mas a gente conhece a rede, e já perpassamos os três níveis de atenção, que foi da atenção primária, secundária e intermediária — este último as UPAs — e da atenção hospitalar. O fato de nós conhecermos a rede, encurta um pouco o caminho para que a gente encontre essas soluções e necessidades da população do Distrito Federal.

Eu me recordo que, quando a senhora assumiu a secretaria, apontou que uma das prioridades seria o aumento da cobertura vacinal. Como está o cenário hoje?

Quando cheguei na pasta, estava com altas taxas de covid-19. A (taxa de) transmissão estava bem alta também. Hoje, estamos com 0,70 de transmissão. Ou seja, a cada 100 pessoas

Ed Alves/CB/D.A Press



Sou servidora pública há 30 anos, precisamos e temos a consciência de que existem medidas que precisam ser tomadas a curto, médio e longo prazos"



A gente precisa reforçar toda a cobertura vacinal no Distrito Federal. Inclusive, essa é uma pauta muito importante e cara no Ministério da Saúde"



O DF, hoje, no complexo regulador nas diversas especialidades, tem 30.418 pacientes aguardando cirurgias"

podem transmitir para 70. Então, esperamos que esse período de maior aglomeração (no carnaval) haja um aumento (de transmissão), mas estamos buscando a testagem dos assintomáticos e o aumento da cobertura vacinal. Digo que foi uma luta nossa, desde que eu estava na Superintendência da Saúde de Ceilândia — antes de assumir o cargo —, onde tivemos o maior número de casos e de óbitos devido à covid-19. Entendi, naquele momento, que precisamos ir até a população. Essa necessidade fez com que fosse lançado o carro da vacina, e fizemos esse percurso em todos os trechos do Sol Nascente, Pôr do Sol e Ceilândia. Quando cheguei na Secretaria de Saúde, ampliamos para outras as regiões de saúde. Precisamos sim aumentar nossa cobertura vacinal. Estamos com 89,5% de pacientes com a primeira dose, 84% com a segunda dose. (Mas) Quando falamos de (doses de) reforço, diminui um pouco. Então, nessa busca e conscientização fomos até áreas, como Zoológico, Eixão, escolas, shoppings centers. Para complementar, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) veio com um termo de cooperação que fizemos, também para reforçar essa busca ativa de casa em casa, ao lado de agentes comunitários e toda a equipe da estratégia da saúde e família. A cobertura vacinal, não só da covid-19, mas também para poliomielite, meningocócica, pentavalente, tetravalente, de todas (as vacinas). A gente precisa reforçar toda a cobertura vacinal no Distrito Federal. Inclusive, essa é uma pauta muito importante e cara no Ministério da Saúde. Precisamos melhorar nossas coberturas de vacinação.

Falando em reforço, existe uma expectativa para a aplicação da bivalente nos idosos. A previsão é a partir de 27 de fevereiro. Será nessa data mesmo?

A previsão é que comece nessa data. Nós vamos receber a bivalente que compõe a sars cov (vírus da covid-19) e a ômicron. Agora, nós somos dependentes das ofertas do Ministério da Saúde. Então, nós dependemos que haja a entrega e, a partir do momento que entrega, temos uma logística que, em 40 minutos, conseguimos distribuir para os pontos da capital. Precisamos receber as doses do ministério.

Sobre a quarta dose, que está em 40 anos. Existe um planejamento para que haja a redução?

Em novembro de 2022, recebemos uma nota técnica do Ministério da Saúde. Nela, foi reforçado que não há nenhuma ganho em termos de vigilância para nós diminuirmos a idade. O ministério, na ocasião, preconizou que nós completemos o calendário de todas as faixas etárias, o que já fizemos o começo da vacinação. Mas, não há uma recomendação ainda do Ministério da Saúde para que a gente reduza dos 40 anos. É importante que nós tenhamos uma segurança normativa de notas técnicas e, até o momento, não houve mudança por parte do Ministério da Saúde.

Secretária, com a pandemia, tivemos como consequência a suspensão das cirurgias eletivas. Hoje temos, no cenário, mais de 30 mil pessoas esperando. Ao mesmo tempo, o governo federal lançou um programa para reduzir as filas. Como vai funcionar?

A pauta da demanda reprimida nas cirurgias eletivas, é uma pauta nacional. E é diretamente

proporcional ao tamanho da população. O DF, hoje, no complexo regulador nas diversas especialidades, tem 30.418 pacientes aguardando cirurgias. Algumas especialidades, temos mais pacientes no aguardo, como a ortopedia, a oftalmologia, a urologia, a proctologia. Nós estivemos em uma reunião com a ministra (da Saúde) Nísia Trindade, e isso foi um tema que ela nos demandou, chamando de pauta de ação rápida. Ela pediu que todos os estados da federação e o Distrito Federal construíssem um plano para o enfrentamento das filas. Quando nós chegamos na secretaria, remontando julho e agosto de 2022, fizemos a complementaridade do Sistema Único de Saúde (SUS) com a rede privada do Distrito Federal. Como eu já tinha a experiência com os pacientes que mais procuravam as portas de emergências, que são os pacientes de hérnia inguinal, hérnia umbilical, as vesículas e mulheres com doenças benignas do útero, especificamente, e que compromete a atividade laboral, fizemos um um projeto básico, um estudo técnico preliminar. Fomos até o controle social e apresentamos. Também fomos até o colegiado gestor e houve a aprovação dessa complementaridade. Ela veio com a demanda: em quatro meses, nós realizarmos 3.233 cirurgias. A faixa etária do nascer até o limite que tinha teto para operar. Com isso, conseguimos zerar a fila de hérnia inguinal umbilical nas crianças. Esse projeto foi um grande sucesso, e agora estamos finalizando com os últimos hospitais. Com a chegada da ministra, ela veio também com essa proposição da complementaridade e, para isso, pediu que os estados tivessem uma fila mapeando o tempo de inserção e pela gravidade de todas essas patologias. Fomos

agraciados com a colaboração (de emendas) dos 24 deputados distritais — foi uma tratativa da governadora.

Quanto foi destinado por cada parlamentar?

Cada parlamentar destinou R\$ 1 milhão e houve uma unanimidade para que nós tivéssemos ido para a complementaridade. Olhando para a fila e com as patologias e com as especialidades que eu já falei, a gente vai novamente vir com a complementaridade, porém, a rede precisa reforçar a execução dessas cirurgias. Eu busco a utilização do horário noturno dos centros cirúrgicos, horários alternativos sábados, domingos. Então, nós temos um recurso do Ministério da Saúde que vai contemplar o Distrito Federal. O plano, nós já estamos escrevendo, e eles nos deram todo um roteiro para que os estados preenchessem os campos. Vamos entregar o plano para o ministério e, paralelamente, temos esse aporte dos deputados distritais. Estamos trabalhando com a equipe nessas filas. Nossa intenção é reduzir em 60% essas filas. O plano tem que ser entregue até o final de março, e meados de agosto e setembro estaremos com a fila reduzida.

Sobre esse aumento de crise com a realocação dos servidores do Iges-DF para a Secretaria de Saúde. Como essa questão vai ser resolvida? O que a senhora tem a dizer para a população?

Não há nenhuma intenção da governadora e nem de nossa parte, enquanto Secretaria de Saúde, de provocar nenhuma desassistência, nenhuma solução de descontinuidade. Nós temos um decreto, e neste decreto houve um ajuste para todas as especialidades e todos os profissionais, cujas especialidades são exclusivas do Hospital de Base e do Hospital de Santa Maria. Citamos: a neonatologia do Hospital de Santa Maria é uma excelência. A residência e ortopedia de lá, além das cirurgias de buco-maxilo. O Hospital de Base com a cirurgia cardíaca; a hemodinâmica; a torácica; e a neurocirurgia. Todos esses profissionais médicos, e a equipe que faz a entrega do serviço, como o enfermeiro, o técnico em enfermagem, o nutricionista (não mudam por enquanto). Essas equipes permanecerão e farão a entrega do trabalho. Eu quero informar, em primeira mão, que ontem pela manhã houve uma conversa da nossa governadora em exercício com os parlamentares que são da saúde, além do líder do governo, para a formação de um grupo de trabalho para que seja avaliada a necessidade de cada categoria, de cada profissional (no caso de) retorno (à SES). O que nós entendemos é que nenhum profissional com previsão de saída do instituto para vir à secretaria, (saia antes de) haver uma reposição, com processo seletivo. O Iges-DF precisa repor. Ninguém vai voltar sem uma reposição. Não vai ter nenhuma medida açodada. Vamos conversar com todos os sindicatos envolvidos para que esse retorno seja seguro e que não haja problemas. A população pode ficar tranquila.